

# Administrative Contracts and Public Policies: The Era of the Contracted State

---

 [rdai.com.br /index.php/rdai/article/view/valle2021](http://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/valle2021)

## authors

---

- Vivian Cristina Lima López Valle Pontifical Catholic University of Paraná (Curitiba, Paraná, Brazil)
- Luiz Felipe de Lima Rodelli Pontifical Catholic University of Paraná (Curitiba, Paraná, Brazil)

## IT HURTS:

---

<https://doi.org/10.48143/rdai.18.vcllc>



## Key words:

---

administrative contracts, Public Administration, public-private partnership, contractual mutability

## Summary

---


The study analyzes the new contracting environment adopted by the modern State, through which the pursuit of the best public interest legitimizes that public welfare policies for the population are delegated to private individuals for the better execution of public service, inaugurating a new paradigm in contemporary administrative activity, aiming at the qualitative and quantitative increase of public demands. Thus, the contractual activity of the State can no longer be understood, exclusively, as a mere instrument to meet administrative needs or simply as a means for delegating the exercise of public activities to private individuals. It is also necessary to consider it as a way of satisfying constitutional rights and freedoms. The peculiarity here is the use of long-lasting administrative contracts, namely concessions and permissions, whose delegation includes the transfer of the execution of services, utilities, such as public infrastructure. Therefore, it is important to compare the harmony between legal security and contractual mutability, inherent to management in the provision of public services and provision of infrastructure through lasting relationships. This is because, the greater the autonomy in implementing methodologies, the greater will be the contractor's adaptability.

## Author's biography

---


**Vivian Cristina Lima López Valle, Pontifical Catholic University of Paraná (Curitiba, Paraná, Brazil)**

---

Doctor and Master in State Law by UFPR. Specialist in Administrative Law at IBEJ. Specialist in Public Procurement by Cedipre – University of Coimbra. Full Professor of Administrative Law at PUCPR. Coordinator of the Law Course at PUCPR. Coordinator of the Specialization Course in Bidding and Contracts at PUCPR. Academic Director of Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Attorney. E-mail: [vivian@vivianvalle.com.br](mailto:vivian@vivianvalle.com.br) /  [0000-0002-5793-2912](https://orcid.org/0000-0002-5793-2912)

## **Luiz Felipe de Lima Rodelli, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)**

---

Especialista em Licitações e Contratos Administrativos pela PUCPR. Membro da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável da OAB/PR. Graduado em Direito pela PUCPR. Advogado. E-mail: [luiz\\_rodelli@live.com](mailto:luiz_rodelli@live.com) /  [0000-0002-6666-8332](https://orcid.org/0000-0002-6666-8332)

## **Referências**

---

BREUS, Thiago Lima. A realização de finalidades acessórias, transversais e/ou horizontais na contratação pública contemporânea. Revista de Contratos Públicos – RCP, Belo Horizonte, ano 5, n. 8, set./fev. 2016.

CÂMARA, Jacintho Arruda; NOHARA, Irene Patrícia. Tratado de direito administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 43. v. 6.

CHEVALLIER, Jacques. O Estado pós-moderno, p. 161-162.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 622-623.

ESTORNINHO, Maria João. Curso de direito dos contratos públicos: por uma contratação pública sustentável. Coimbra: Almedina, 2013. p. 418.

GARCIA, Flávio Amaral. A mutabilidade e incompletude na regulação por contrato e a função integrativa das Agências. Revista de Contratos Públicos – RCP, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 59-83, mar./ago. 2014.

GARCIA, Flávio Amaral; RIBEIRO, Leonardo Coelho. Licitações públicas sustentáveis. Revista de Direito Administrativo – RDA, Rio de Janeiro, v. 260, maio/ago. 2012. p. 232.

GONÇALVES, Pedro Costa. A regulação do mercado da contratação pública. Revista de Contratos Públicos – RCP, Belo Horizonte, ano 3, n. 3, p. 201-208, mar./ago. 2013.

GONÇALVES, Pedro Costa. Gestão de contratos públicos em tempos de crise. In: GONÇALVES, Pedro Costa (Coord.). Estudos de Contratação Pública. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p. 7. v. III.

GUIMARÃES, Edgar; FRANCO, Caroline da Rocha. Controle das políticas públicas por meio das licitações. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 12, n. 46, p. 127-134, jul./set. 2014.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A experiência brasileira nas concessões de serviço público. *Interesse Público*, v. 9, n. 42, 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 16.

MOREIRA, Egon Bockmann; MILANO, Célio Lucas. Contratos públicos de longo prazo: a segurança jurídica advinda da certeza da mudança. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 9, n. 34, p. 171-183, abr./jun. 2011;

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Pontos polêmicos das parcerias público-privadas. *Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP*, Belo Horizonte, ano 9, n. 102, p. 7-22, jun. 2010.

OLIVEIRA. A arbitragem e as parcerias público-privadas. In: SUNDFELD (Org.). *Parcerias público-privadas*, p. 567-606.

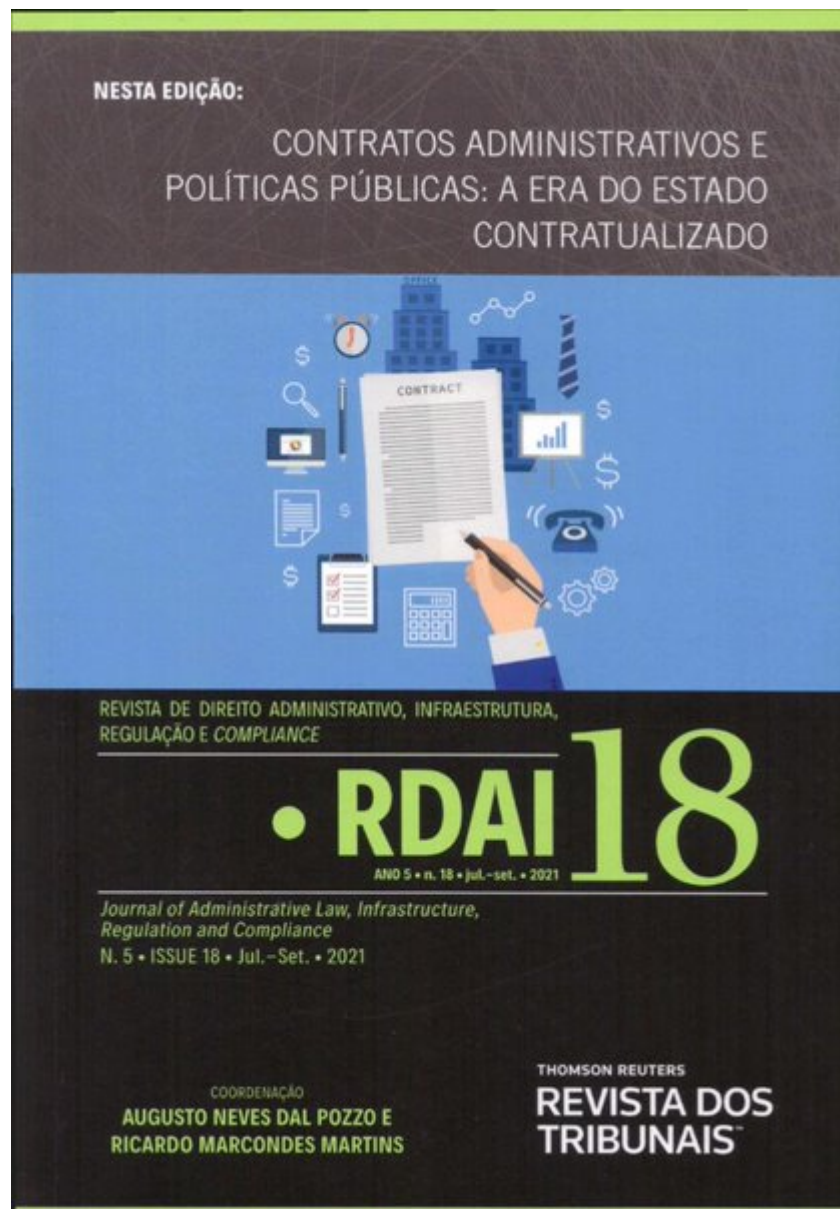
PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Alterações do contrato administrativo: releitura das normas de regência à luz do gerenciamento de riscos, em gestão pública comprometida com resultados. *Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP*, Belo Horizonte, ano 8, n. 88, abr. 2009.

REIS, Luciano Elias. A regulação do Estado brasileiro e a contratualização administrativa. *Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP*, Belo Horizonte, ano 16, n. 186, p. 33-40, ago. 2016.

RIBEIRO, Mauricio Portugal; PRADO, Lucas Navarro. *Comentários à Lei de PPP - Parceria Público Privada: fundamentos econômico-jurídicos*. São Paulo, Malheiros, 2007.

SOUZA, Otavio Augusto Venturini de. O paradigma processual da atividade administrativa. *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP*, Belo Horizonte, ano 4, n. 11, p. 55-93, maio/ago. 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari. Guia jurídico das parcerias público-privadas. In: SUNDFELD, Carlos Ari (coord.) *Parcerias público-privadas*. São Paulo: Malheiros, 2005.



## Downloads

---

[Artigo PDF](#)

## Publicado

---

2021-08-15

## Como Citar

---

VALLE, V. C. L. L.; RODELLI, L. F. de L. Contratos administrativos e políticas públicas: a era do Estado contratualizado: Administrative contracts and public policies: the era of the contracted state. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 18, p. 21–44, 2021. DOI: 10.48143/rdai.18.vcllc



. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/valle2021>. Acesso em: 16 out. 2021.

## Edição

---

v. 5 n. 18 (2021)

## Seção

---

Administrative Law: Bidding and Administrative Contracts

## License

---

Copyright (c) 2021 Journal of Administrative Law and Infrastructure - RDAI

 [Creative Commons License](#)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#) .

([CC BY-NC-ND](#)).

This is a summary (not a substitute) of the [license](#)

[Publication](#)

[Rules Editorial Guidelines](#)

[Rights and Duties](#)

[Erratum and Disclaimer](#)

[Preservation and Plagiarism](#)

[Review and Evaluation](#)